



ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11710/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD.
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, e o Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº Nº 4199/2017 – MP – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.1094/1095).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, SEMAD. Exercício de 2015.

Regularidade. Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto**, ordenador das despesas realizadas no período de 01/01/2015 a 26/04/2015, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002– RITCE/AM;
- 10.2- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento**, ordenador das despesas realizadas no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002–RITCE/AM;
- 10.3- **Aplicar Multa**, ao **Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento**, no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, na qualidade de ordenador de despesas da



ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEMA, no valor de **R\$ 4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, em face da restrição não sanada, do item 1 deste relatório/voto, (item 1 da Notificação nº 07/2017-DICAD/MA e item 1 do tópico 22 –restrição do Relatório Conclusivo nº 13/2017 – DICAD/AM);

10.4- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.5- Determinar a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMA:

10.5.1- Obedecer o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, e uma vez que não é razoável assumir compromissos financeiros sem a garantia dos recursos necessários ao pagamento;

10.5.2- Tomar medidas corretivas em relação ao maior rigor no controle dos estágios da despesa;

10.5.3- Reavaliar os trabalhos e resultados da Comissão Permanente de Reconhecimento, Mensuração e Reavaliação do Ativo do Poder Executivo do Município de Manaus, no sentido de estabelecer programação mais efetiva das atividades.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral